

Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência.

Joaze Bernardino-Costa.

Cita:

Joaze Bernardino-Costa (2007). *Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1041>

Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência¹

Joaze Bernardino-Costa (UFG)²

Introdução

O trabalho doméstico no Brasil, de acordo com os dados da Pnad/2005³, constitui-se numa ocupação predominantemente feminina: 93,2% dos trabalhadores domésticos são do sexo feminino, o que corresponde a 6,65 milhões de mulheres. Destas, 59,3% são negras. A sobre-representação de trabalhadoras domésticas negras se torna mais evidente quando nos damos conta que a PEA feminina é composta de 47,6% de mulheres negras e de 52,1% de mulheres brancas. Outra maneira de enxergar este predomínio de mulheres negras entre as trabalhadoras domésticas é permitida através da seguinte formulação: considerando a PEA feminina, de cada 100 mulheres brancas ocupadas, 11 são trabalhadoras domésticas e de cada 100 mulheres negras participantes da PEA, 18 são trabalhadoras domésticas.

Trata-se de uma categoria sócio-profissional constituída de mulheres com baixa escolaridade (8,2% são analfabetas e 43,3% têm somente o ensino fundamental completo), inseridas precariamente no mercado de trabalho (somente 25,2% e 27,7% tem carteira de trabalho assinada e contribuem para a previdência social, respectivamente), que auferem baixos salários (30% recebem até ½ salário mínimo e 44,3% recebem mais de ½ até 1 salário mínimo).

As atuais trabalhadoras domésticas no Brasil foram precedidas pelas escravas domésticas. Devido a este vínculo, observa-se ainda no dia-a-dia das trabalhadoras domésticas a sobrevivência de hierarquias forjadas no período colonial. A exploração

¹ Este artigo baseia-se na minha tese de doutorado defendida em março de 2007 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB (Cf. Bernardino-Costa, 2007)

² Doutor em Sociologia pela UnB, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFG. E-mail: joazebernardino@uol.com.br

³ Os dados da Pnad/2005 são os dados nacionais disponíveis mais recentes, tendo sido divulgados em setembro de 2006.

econômica, o insulto racial, a violência sexual, a humilhação têm sido uma constante na trajetória destas trabalhadoras desde tenra idade. Por outro lado, o reconhecimento e a regulamentação da profissão têm sido lentos e insuficientes, em decorrência da relação entre trabalhadora doméstica e patroa ocorrer no âmbito privado. Em função disso, os legisladores (em geral, vinculados ao mundo patronal) têm recorrentemente alegado que o Estado não pode interferir no ambiente doméstico, sob o risco de violar a sacralidade do lar. Consequentemente, as trabalhadoras domésticas têm ficado abandonadas ao arbítrio da patroa e do patrão.

Apesar destas condições adversas e devido às singularidades do trabalho doméstico no Brasil, o número de trabalhadoras domésticas sindicalizadas é extremamente baixo, somente 1,6%, correspondendo a 101 mil trabalhadoras. Dentre as trabalhadoras domésticas filiadas a sindicatos, 61,1% delas são negras.

As trabalhadoras domésticas têm se organizado politicamente desde a década de 1930, com explícito projeto de melhorar as condições de trabalho através da regulamentação da profissão. Neste sentido, a luta das trabalhadoras domésticas tem sido uma *luta de resistência* contra a exploração econômica, ao mesmo tempo em que tem sido uma luta em prol da *re-existência individual* (através da afirmação da existência humana de cada trabalhadora doméstica) e em prol também de uma *re-existência coletiva* (através da proposta de refundar uma sociedade baseada em novos valores).

Constitui-se no objetivo deste artigo recuperar o histórico deste movimento de resistência e de re-existência. Ao caracterizar o movimento das trabalhadoras domésticas como um movimento de resistência e de re-existência caracterizamo-lo também como um movimento descolonial. Para tanto, é central na nossa análise a noção de colonialidade do poder cunhada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano.

Colonialidade do Poder e trabalho doméstico no Brasil.

A sobrevivência de legados coloniais em tempos modernos - mesmo em países como o Brasil que se tornou independente de Portugal no início do século XIX - é

articulada pelo conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Quijano (2005). Este conceito permite-nos pensar em sobrevivências da experiência colonial nos tempos modernos. De acordo com esta perspectiva, a presença do colonialismo na modernidade não é um anacronismo, senão uma dimensão fundante da própria modernidade.

A colonialidade do poder é o padrão de poder que se constitui juntamente com o capitalismo moderno/colonial eurocentrado, que teve início com a conquista da América em 1492. O sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2003), que se constituiu a partir daquela data, deu origem a um novo padrão de poder mundial fundamentado na idéia de raça, que passou a classificar a população mundial, produzindo identidades raciais historicamente novas, que passariam, por sua vez, a ser associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação (Quijano, 2005).

Para a constituição do sistema-mundo moderno/colonial, a América passou a desempenhar um papel fundamental, uma vez que foi o primeiro local em que a colonialidade do poder se materializou. Dois processos históricos convergiram na formação da América e se estabeleceram como eixos fundamentais do novo padrão de poder: raça e trabalho.

“a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, 106)

Raça e divisão do trabalho foram associados, constituindo e mantendo uma divisão racial do trabalho durante todo o período colonial. Espanhóis e portugueses recebiam salários, enquanto o colonizado – partícipe da divisão do trabalho como escravo ou servo - não era digno de salário. Obviamente, algumas concessões foram feitas a mestiços/as e mulheres indígenas, que podiam exercer, via de regra, somente ofícios que não eram exclusividade do europeu nobre. Raça e trabalho articularam-se de maneira que se apresentaram como naturalmente associados, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem sucedido (Quijano, 2005: 106)

Uma outra dimensão da colonialidade do poder, que tem a Europa como centro do capitalismo/colonialismo mundial, foi a incorporação de todas as regiões e povos do mundo ao sistema-mundo de uma maneira inferiorizada. Assim, o conhecimento e a

produção do conhecimento ficaram associados à Europa, tornando-se esta o *locus* privilegiado de produção e avaliação do conhecimento. Assim, cosmologias e conhecimentos milenares foram destituídos de validade perante a ciência produzida na Europa. Paralelamente a esse processo de legitimação do conhecimento europeu *vis-à-vis* a inferiorização de outros saberes, consagrou-se o conhecimento acadêmico. Assim – via de regra –, somente aqueles que se investiam da autoridade do conhecimento produzido pela academia – institutos de pesquisa, universidades, por exemplo – possuíam e produziam saberes válidos. Através da disseminação de instituições científico-acadêmicas moderno-européias foi possível ao conhecimento ser produzido em outras localidades extra-européias. Entretanto, mesmo em outros contextos e outras sociedades políticas, este conhecimento era concebido como europeu porque pertencia e pertence à matriz européia.

Portanto, a colonialidade do poder refere-se a um múltiplo padrão de poder que estrutura hierarquias tanto numa perspectiva global quanto numa perspectiva nacional. Ela não está associada somente a uma hierarquia que envolve raça/etnia e trabalho, mas está associada a um heterogêneo e complexo sistema de hierarquias que envolve a dimensão sexual, de gênero, de conhecimento, de linguagem, religiosidade e espiritualidade.

Além disso, esse conceito permite-nos transcender o fim das administrações coloniais e a formação dos estados-nação independentes. O complexo sistema hierárquico formado por anos de colonialismo formal não desapareceu com o fim das administrações coloniais. Ao contrário, ainda estamos vivendo sob hierarquizações coloniais, especialmente a racial. Neste sentido, podemos dizer que o colonialismo e o período colonial se referem a um estágio histórico específico da colonialidade, que tem sua vigência ainda nos dias atuais.

Assim, a noção de colonialidade do poder mostrou-se extremamente útil para entender o relacionamento da trabalhadora domésticas com o mundo patronal, passando pela inserção precária das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho, até chegar à recusa de pleno reconhecimento jurídico da trabalhadora doméstica pela legislação brasileira.

Constante e recorrentemente têm-se relatos de violência física, sexual e moral praticada contra as trabalhadoras domésticas. Por outro lado, percebe-se uma sistemática recusa da legislação existente em enquadrar as trabalhadoras domésticas nas leis trabalhistas existentes no país. Como se não bastasse, há também o descumprimento da pouca legislação existente.

Diante da sistemática e recorrente exploração sócio-econômica experienciada pelas trabalhadoras domésticas, diante da negação da humanidade das trabalhadoras domésticas que se manifesta através da violência física, sexual e moral imputada sobre a trabalhadora doméstica tanto pela patroa (outra mulher) quanto pelo patrão e, finalmente, diante da recusa do reconhecimento legal-profissional por parte dos legisladores brasileiros, as trabalhadoras domésticas sindicalizadas têm empreendido um movimento de resistência e re-existência. Neste sentido, trata-se de um movimento descolonial contra as múltiplas formas de hierarquia ainda presentes no cotidiano das trabalhadoras domésticas.

Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas⁴: um movimento de resistência e re-existência

Abdias do Nascimento define o quilombismo da seguinte maneira:

“Desta realidade (exclusão racial) é que nasce a necessidade urgente ao negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. (...) O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria,

⁴ Atualmente existem aproximadamente 40 sindicatos de trabalhadoras domésticas em todo o país. Realizei pesquisa em 5 destes sindicatos e na Fenatrad (Federação Nacional de trabalhadoras Domésticas), devido ao fato destas organizações se constituírem na coluna vertebral do movimento nacional das trabalhadoras domésticas.

como também assumiram modelos de organização permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os ‘ilegais’ formam uma unidade, uma única afirmação da existência humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo” (Nascimento, 2002: 264-5)

Tomamos o conceito de quilombismo para pensar os sindicatos das trabalhadoras domésticas – desde o seu nascedouro como associações – como um movimento social de resistência à colonialidade do poder e de re-existência das trabalhadoras domésticas. Ao longo de suas histórias, as diversas organizações políticas das trabalhadoras domésticas têm desempenhado, por um lado, a função de resistência à exploração econômica e à marginalização social e, por outro lado, têm sido uma organização político-trabalhista que, no plano individual, luta pela afirmação da existência humana de cada trabalhadora doméstica e, no plano coletivo, propõe-se a refundar uma sociedade baseada nos princípios da igualdade, justiça social, dignidade, respeito a todos os seres humanos, etc.

O movimento das trabalhadoras domésticas no Brasil – através da atuação dos seus atuais sindicatos e dos seus congressos nacionais⁵ – desvenda a simultaneidade da

⁵ As trabalhadoras domésticas já realizaram nove congressos nacionais. Eles foram os seguintes: 1º Congresso Nacional, em São Paulo, 1968; 2º Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, 1974; 3º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, 1978; 4º Congresso Nacional, em Porto Alegre, 1981; 5º Congresso

modernidade e da colonialidade na sociedade contemporânea. A narrativa produzida pelas trabalhadoras domésticas revela que o racismo não somente na sua dimensão sócio-econômica, mas também na sua dimensão epistemológica é uma realidade atual na sociedade brasileira. O entendimento da discursividade das trabalhadoras domésticas – produzida a partir da colonialidade do poder – permite-nos perceber que o que está em questão não é simplesmente a inclusão das trabalhadoras através da conquista de direitos e equiparação aos(às) outros(as) trabalhadores (as) no marco da sociedade brasileira. Está em questão também a discussão da sociedade brasileira enquanto uma sociedade que ao privilegiar a representação e interesses somente de uma parte da sociedade – sintetizada pelo mundo dos patrões -, exclui, oprime e marginaliza uma outra parte. Portanto, o ativismo das trabalhadoras domésticas é um ativismo que em última instância visa desmantelar as hierarquias coloniais ainda vigentes na contemporaneidade. É um ativismo, em primeira instância, contra o racismo, contra o sexismo, contra as desigualdades intra-gênero, contra a exploração econômica, contra o não reconhecimento jurídico etc.

Neste sentido – compartilhando a dimensão utópica dos estudos da descolonização – a equação não se restringe simplesmente ao reconhecimento da igualdade e diferença das trabalhadoras domésticas em relação aos demais trabalhadores, mas envolve um projeto de refundação da sociedade, baseada em novos valores e princípios. Portanto, as demandas das trabalhadoras domésticas - pelo menos na sua dimensão ética e política – envolvem um questionamento da sociedade nacional. Nestes termos, está em discussão não somente a inclusão de alguns atores sociais que até então estavam excluídos, mas a refundação da própria sociedade.

Obviamente estamos falando de projetos utópicos quando pensamos na refundação da sociedade. Não podemos perder de vista que também estamos falando de um movimento que, contra todas as possibilidades de sucesso, trava uma luta para modificar as práticas e significações da sociedade contemporânea. Porém, no âmbito pessoal, os sindicatos das trabalhadoras domésticas têm sido um divisor de águas para

Nacional, em Recife, 1985; 6º Congresso Nacional, em Campinas, 1989; 7º Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, 1993; 8º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, 2001; 9º Congresso Nacional, em Salvador, em 2006. Recuperei as resoluções de cada um desses congressos na minha pesquisa (Cf. Bernardino-Costa, 2007)

cada uma das trabalhadoras com as quais conversamos. Pelo menos nesta dimensão, os sindicatos têm sido responsáveis pela re-existência de algumas atoras sociais. Já no âmbito da sociedade mais ampla, se o movimento nacional das trabalhadoras domésticas não for capaz de refundar a sociedade – como tudo indica -, isto não necessariamente significa que não devemos registrar a sua narrativa. O registro da narrativa das trabalhadoras domésticas é em si mesmo uma crítica contra a narrativa dominante da nação, que tende a silenciar, apagar ou excluir as narrativas dissonantes.

Da mesma forma como as hierarquias forjadas no mundo colonial sobrevivem na atualidade, os saberes subalternos também não são resquícios de um passado longínquo, como se os sujeitos subalternos estivessem com o relógio atrasado em relação ao tempo moderno. De acordo com a perspectiva que assumimos, os saberes subalternos são interpretações e práticas atuais que se confrontam com outras práticas e interpretações dominantes.

O movimento das trabalhadoras domésticas tem início em 1936, através da atuação de Laudelina de Campos Melo, quando esta funda a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. Explicitamente, esta pioneira organização das trabalhadoras domésticas, tinha o objetivo de conquistar o *status* jurídico de sindicato, uma vez que este poderia negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e, conseqüentemente, os direitos trabalhistas. Ou seja, neste momento tratava-se inquestionavelmente da reivindicação da igualdade jurídica perante as outras categorias trabalhistas, uma vez que a diferença as inferiorizava. A exclusão das trabalhadoras domésticas, neste momento, não se restringiria somente ao não direito à sindicalização, mas envolveria também a não regulamentação da profissão pela CLT, em 1943⁶.

Se a exclusão dos direitos trabalhistas era o carro-chefe da primeira organização política das trabalhadoras domésticas no país, não devemos interpretar como simples coincidência o fato desta associação ter sido fundada por uma militante do movimento negro da época. Laudelina de Campos Melo (1904-1991) já militava em organizações

⁶ O artigo 7º da Consolidação das Leis Trabalhistas dizia o seguinte: “Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: (a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou a família, no âmbito residencial destas” (Cf. Saffioti, 1978: 37)

negras, desde 1920, em Poços de Caldas/MG, em Santos/SP e na capital paulista. Já na década de 1930, Laudelina tinha contato com militantes de associações negras de São Paulo, sendo inclusive uma militante da Frente Negra Brasileira (Cf, Pinto, 1993).

Existem inúmeros outros acontecimentos na vida de Laudelina de Campos Melo que evidenciam a presença da percepção racial. Deste modo, tanto o comportamento pessoal quanto a fundação de uma organização política de trabalhadoras domésticas - que conviviam com a identificação da sua ocupação com o escravismo – são simultaneamente reações e resistências à colonialidade do poder e pontos de inflexão da re-existência da própria Laudelina de Campos Melo e numa perspectiva utópica das trabalhadoras domésticas através da refundação de uma nova sociedade.

A colonialidade do poder se manifesta explicitamente na vida das trabalhadoras domésticas através de um não reconhecimento jurídico-trabalhista da categoria e, também, pela forte associação do serviço doméstico ao trabalho escravo. Por um lado, o serviço doméstico era mencionado nas leis sanitárias e policiais somente com o intuito de proteger a sociedade contra as trabalhadoras domésticas, percebidas explicitamente como ameaças em potencial às famílias empregadoras.

Laudelina de Campos Melo era uma dessas figuras atuantes politicamente. Foi filiada ao Partido Comunista, viajava por diversas cidades de São Paulo, fazia parte de grupos culturais com explícito propósito de construir, manter e fortalecer a solidariedade da população negra, dialogava com estudiosos, almejava falar com o Presidente da República⁷ etc. Desde modo, podemos dizer que já na ocasião da fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas constatamos a interação das trabalhadoras domésticas com diversos outros atores sociais. Esta interação passa a ser fundamental não somente para o desenho de projetos políticos, mas para a construção de novas interpretações e significações acerca da nação, do trabalho doméstico e das relações raciais no país. Neste sentido, percebemos, já neste momento, a Associação Profissional dos Empregados Domésticos como uma instituição produtora de conhecimento a partir de uma localização específica dentro deste múltiplo sistema hierárquico de poder que

⁷ Em 1936, viaja para o Rio de Janeiro a fim de solicitar pessoalmente ao Presidente da República o direito de sindicalização às trabalhadoras doméstica. Não obteve sucesso, conseguiu somente falar com o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor.

nomeamos de colonialidade do poder. Esse conhecimento será elaborado gradativamente e ganhará uma formulação mais explícita nos anos recentes, quando o movimento das trabalhadoras domésticas ganha novas dimensões e passa a participar de redes mais amplas de resistência e de re-existência.

A partir da década de 1960, há um segundo momento de crescimento e fortalecimento do movimento das trabalhadoras domésticas. Esta década foi precedida por discussões da situação da trabalhadora doméstica na sociedade brasileira feita especialmente por organizações do movimento negro. A título de exemplo, o Teatro Experimental do Negro⁸ tinha entre os seus quadros Arinda Serafim, uma trabalhadora doméstica, que mobilizou as suas companheiras para as aulas de alfabetização do TEN e as envolveu nos estudos dos direitos das trabalhadoras domésticas (Cf. Semog & Nascimento, 2006). Além disso, percebemos também, em 1950, o acompanhamento das discussões do Projeto de Lei do Deputado Café Filho, que visava regulamentar a profissão e garantir os primeiros direitos positivos às trabalhadoras domésticas, no jornal *O Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, editado e dirigido por Abdias do Nascimento (Cf. Nascimento, 2003: 79).

Indubitavelmente importante para o novo fôlego do movimento das trabalhadoras domésticas na década de 1960 foi a atuação da igreja católica através da Juventude Operária Católica (JOC)⁹. Se o TEN estava concentrado no eixo Rio-São Paulo, a igreja católica estava espalhada em todo território brasileiro, de modo que a atuação da JOC foi importante para o desenvolvimento do movimento das trabalhadoras domésticas em diversos estados brasileiros. Já em 1958, a JOC realizou uma Conferência Nacional onde chama a atenção para o amparo legal às trabalhadoras domésticas, que até aquela oportunidade continuavam totalmente ausentes das regulamentações jurídicas positivas. Em 1960, a JOC realiza o Primeiro Encontro Nacional de Jovens Empregadas Domésticas no Rio de Janeiro, que reuniu 24 trabalhadoras domésticas de várias regiões

⁸ O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado por Abdias do Nascimento e outros em 13/10/1944.

⁹ A JOC foi um braço da Ação Católica Operária, um movimento da igreja católica fundado pelo padre belga José Cardijn (1882-1867), que consistiu numa mobilização dos leigos que respondiam ao apelo do Papa Pio XI (Encíclica Urbano Dei, 1922) para que dessem um testemunho da sua fé no meio em que viviam (Cf. Soares, 2002).

do país. No ano seguinte realizou o Primeiro Congresso Regional, em Recife, que reuniu trabalhadoras do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (Cf. Soares, 2002).

É importante mencionar que a JOC era uma organização voltada para os trabalhadores em sua acepção universal. Porém, as trabalhadoras domésticas estavam deslocadas nas reuniões da JOC devido à peculiaridade da sua situação frente aos demais trabalhadores, que já estavam enquadrados nas leis trabalhistas do país, enquanto as trabalhadoras domésticas ainda estavam lutando pelas primeiras regulamentações. Devido a este fato foram formados grupos específicos de trabalhadoras domésticas ligados à JOC. Odete Maria Conceição, uma das fundadoras da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, menciona esta incompatibilidade entre o movimento operário em geral e o movimento das trabalhadoras domésticas:

“... uma vez por mês a gente (os diversos grupos de trabalhadoras domésticas em diferentes paróquias do Rio de Janeiro) se reunia todo mundo junto, e daí a gente foi vendo a diferença que havia entre nós e os outros trabalhadores, que os outros tinham seus sindicatos, tinham seus direitos, e a doméstica não tinha nada. Então foi daí que a gente foi vendo a necessidade da gente ter alguma coisa pra defender a gente” (entrevista: Odete Maria da Conceição, membro-fundadora da Associação e do Sindicato do Rio de Janeiro)¹⁰

Muito em decorrência da atuação da JOC, baseada no método ver-julgar-agir, surgiram algumas Associações de trabalhadoras domésticas no país, que partilhavam uma interpretação classista da relação trabalhadora doméstica e patroa/patrão combinada com a especificidade da condição da trabalhadora doméstica. Esta especificidade, até este momento, para os grupos que se constituíram através deste impulso inicial dado pela JOC, não era vista como resultante da condição racial. Entretanto, isto não significa que a condição da trabalhadora doméstica, na oportunidade, não era, tanto no discurso das trabalhadoras domésticas quanto da sociedade em geral, associada à manutenção e reprodução de condições colonial-escravocratas. Entre as Associações e grupos de

¹⁰ Entrevistei durante a minha pesquisa de doutorado 26 trabalhadoras filiadas à Fenatrad e aos seguintes sindicatos: Sindicato do Rio de Janeiro, Campinas, São Paulo, Recife, Bahia (Cf. Bernardino-Costa, 2007). Todas as entrevistadas autorizaram-me a citar os seus nomes reais.

trabalhadoras domésticas que surgem, na década de 1960, como uma decorrência do trabalho da JOC, podemos mencionar as associações ou grupos de Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Piracicaba, Porto Alegre, entre outras.

Ao mesmo tempo em que surgiam associações e grupos a partir da JOC – porém não subordinado à Igreja Católica – Laudelina de Campos Melo atuava, desde 1959, em Campinas para a fundação da Associação dos Empregados Domésticos de Campinas. Ao invés de um papel predominante da Igreja Católica, encontramos em Campinas uma articulação com o movimento negro, especialmente o Teatro Experimental do Negro de Campinas, e com o movimento sindicalista. Em 1955, quando Laudelina de Campos Melo chega a Campinas, ela se indigna com a discriminação contra as trabalhadoras domésticas negras nos anúncios de emprego dos jornais daquela cidade. A partir daí, ela entra em contato com o jornalista Bráulio Mendes, integrante do TEN, e acabam – segundo os depoimentos de Laudelina – com os anúncios racistas nos jornais daquela cidade. Depois deste primeiro contato, Laudelina e Bráulio Mendes desenvolveriam outras atividades juntos. Se Laudelina de Campos Melo tinha esta relação próxima com integrantes do movimento negro campineiro, o mesmo pode ser dito em relação ao movimento sindical. A Associação dos Empregados Domésticos de Campinas teve, desde o seu nascedouro, relações muito próximas com sindicatos de Campinas e funcionava num espaço físico que era compartilhado por mais treze sindicatos, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Imobiliária de Campinas. A Associação de Campinas recebeu forte apoio deste Sindicato, inclusive para a redação do estatuto. Além disso, a Associação se nutria dos debates e cursos de formação destes sindicatos. Ao que tudo indica, a sinergia entre movimento negro e sindicalismo estava presente no surgimento e atuação da Associação de Campinas. Vale a pena destacar que Laudelina de Campos Melo era também propositiva em relação ao movimento negro mais amplo, tendo realizado na cidade de Campinas atividades político-culturais de afirmação da existência – *re-existência* – do negro, como: a) baile das debutantes negras, b) baile da pérola negra; c) escola de bailado para meninas brancas e negras (as escolas existentes eram exclusivas para brancas); d) grupos de cultura do negro: grupo teatral, grupo de dança popular, dança clássica, dança folclórica (Cf. Pinto, 1993).

Assim, na década de 1960, o movimento das trabalhadoras domésticas ganha uma dimensão nacional sendo fruto da interação da JOC, do movimento negro e do movimento sindical. Obviamente que as contribuições destas organizações se apresentam de maneira diferenciada em cada associação e grupo.

Tudo indica que a Igreja Católica – mediante a JOC – tenha sido decisiva para que o movimento ganhasse uma dimensão nacional, porém esta percepção da necessidade de um movimento nacional surge internamente ao movimento das trabalhadoras domésticas na sua luta pela regulamentação profissional e pela conquista de direitos. Isto se evidencia quando Laudelina de Campos Melo, ao entrar em contato como Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, em 1967, com o fim de solicitar a inclusão das trabalhadoras domésticas entre as categorias profissionais beneficiadas pelas legislações trabalhistas vigentes à época, recebe como resposta deste a necessidade de que a categoria das trabalhadoras domésticas se organize nacionalmente:

“(em virtude da postura do ministro Jarbas Passarinho) nós entramos em contato com os outros estados, com os outros municípios, onde já tinha (realizado) outros congressos, onde já tinha outras Associações e (trabalhamos) para a fundação de mais Associações (...) A Igreja ajudou muito a gente, ia atrás das Associações, (por meio) do pessoal de igreja (que) entrava em contato com as entidades sindicais dos locais, pedindo apoio. Então a gente tinha uma massa consistente pra poder brigar” (Laudelina de Campos Melo: entrevista realizada por Elisabete Pinto. Cf. Pinto, 1993)

A combinação desses fatores - movimento negro, sindicalismo e igreja católica – permite o surgimento de um movimento nacional das trabalhadoras domésticas. Se, em 1960, o Primeiro Encontro Nacional das Jovens Trabalhadoras Domésticas, realizado no Rio de Janeiro, ainda foi realizado sob os auspícios da JOC, o Primeiro Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado em São Paulo, em 1968, foi fruto da ação autônoma das trabalhadoras domésticas. Isto, todavia, não significa que as trabalhadoras domésticas não tenham recebido apoio da igreja católica. Ao contrário, a

partir do depoimento de Laudelina de Campos Melo acima, fica evidente que a igreja católica foi uma importante colaboradora.

Durante esta fase do movimento das trabalhadoras domésticas, em sua dimensão nacional, predomina a interpretação classista da condição da trabalhadora doméstica. Tanto nas organizações do Rio de Janeiro quanto do Recife, estudadas por nós, percebe-se a predominância deste discurso. Cabe destacar, que a própria interpretação da igreja católica também é uma interpretação classista. O que se formula nesta ocasião até meados da década de 1980 é uma compreensão da luta da trabalhadora doméstica como uma luta de classes, como revela o depoimento de Lenira Carvalho, uma das líderes do movimento neste período:

“(...) quem leva a luta de classe para dentro da casa é a empregada doméstica. Dentro de uma família tem todos os problemas, tem problema afetivo, tem problema de tudo, mas não tem o problema de classe. Quem leva o problema de classe é a empregada” (Lenira Carvalho, membro-fundadora da Associação e do Sindicato de Recife. Entrevistada por mim)

É esta compreensão que se tem também do movimento nacional, quando se observa as resoluções dos Congressos Nacionais. Não se trata de dizer que as interpretações racializadas e até de gênero não estavam presentes, mas de perceber que a articulação política se dava em torno da demanda de serem reconhecidas como pertencentes à classe trabalhadora e, conseqüentemente, serem equiparadas em termos de direitos aos outros trabalhadores. Esta era uma conseqüência natural do fato das trabalhadoras domésticas somente terem sido reconhecidas pela legislação trabalhista em 1972, ainda de maneira extremamente restritiva, conquistando, na ocasião, apenas o direito à carteira de trabalho, direito à férias e à previdência social¹¹. Neste sentido, a luta incidia sobre a efetivação destes poucos direitos e sobre a conquista de outros já compartilhados por outras categorias.

¹¹ As trabalhadoras domésticas já tinham sido contempladas na Lei Ordinária da Previdência Social, em 1960, e na lei 5.316, de 1967, ganhando o direito a se filiar à previdência social e à cobertura dos acidentes de trabalho; respectivamente. Porém, tratavam-se de direitos facultativos, cuja arrecadação dependia inteiramente das próprias trabalhadoras domésticas.

As campanhas desenvolvidas durante este período - inícios da década de 1960 a meados da década de 1980 – tinham como foco o reconhecimento classista-profissional das trabalhadoras domésticas, onde diversas associações lançaram-se à campanha da trabalhadora morar na sua própria casa e romper com a concepção de membro da família. Destaca-se, nesta campanha, a pesquisa e vídeo produzidos pela Associação de Recife, em parceria com o Centro Josué de Castro, *O Quarto de Empregadas*, cuja principal mensagem é a da ruptura dos laços afetivos com a família empregadora como condição para a conscientização classista das trabalhadoras domésticas.

É interessante observar que mesmo sendo o discurso classista o carro chefe da campanha pela moradia, categorias colonial-raciais estavam presentes. Frequentemente se verifica a identificação do quarto de empregadas com senzalas e da casa da patroa/patrão com a casa-grande, do trabalho doméstico com o trabalho escravo.

Entretanto, não há dúvida de que no horizonte das trabalhadoras domésticas estava o reconhecimento profissional que dependia, por sua vez, do reconhecimento das trabalhadoras domésticas como integrantes da classe trabalhadora. Desde o nascimento da CUT, as associações das trabalhadoras domésticas viram o intercâmbio e interação com esta entidade como uma meta. Para se ter uma idéia, em 1983, a Associação do Rio de Janeiro, uma das mais atuantes do país em nível nacional à época, participou do Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conclat), em São Bernardo, sendo a sua presidente – Anazir Maria de Oliveira, a Zica – eleita para a coordenação da entidade.

Ao mesmo tempo, as associações e grupos ainda não tinham muita desconfiança em relação ao movimento feminista, embora começasse um tímido envolvimento:

“Na TV Educativa – Nair Jane e Tereza num programa sobre a libertação da Mulher, deram o seu depoimento sobre o assunto: ‘se a emancipação das patroas é se livrarem do trabalho doméstico, saírem por aí e nos tornarem cada vez mais escravas nas suas casas, então não vemos libertação’ (Boletim da Associação Profissional dos

*Empregados Domésticos do Município do Rio de Janeiro, fevereiro de 1980)*¹²

Embora em menor intensidade, esta desconfiança – especialmente entre a organização do Rio de Janeiro – se mantém até os dias atuais. Porém, para o movimento das trabalhadoras domésticas em escala nacional, o movimento feminista tem sido um importante interlocutor.

A interação e intercâmbio com o movimento feminista passa a acontecer de maneira mais intensa e freqüente a partir do 5º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas em Recife, quando a Ong feminista SOS Corpo, de Recife, passa a prestar assessoria à realização do Congresso e à Associação de Recife, especificamente.

Em escala nacional, o movimento feminista – apesar de continuar as desconfianças – se tornaria um parceiro definitivo das trabalhadoras domésticas na Constituinte, quando encampou o projeto de lei das trabalhadoras domésticas. A melhora do relacionamento com as entidades feministas ocorre paralelamente à decepção com o movimento sindical, quando este não oferece o apoio esperado às trabalhadoras domésticas durante a Constituinte.

“Na Constituição, a gente não teve nenhum apoio da CUT. A CUT não colocou a gente em nenhuma proposta dela. Quem botou a gente foi as feministas. Tinha uma proposta só das empregadas domésticas, mas você tinha quase que ter um percentual de assinaturas, que a gente não conseguiu” (Lenira de Carvalho. Entrevistada por mim).

O período entre o 5º Congresso Nacional, em Recife, em 1985 e a promulgação da Constituição, 1988, foi de intensa mobilização entre as trabalhadoras domésticas, com inúmeras visitas à Brasília, com o objetivo de pressionar os constituintes para estenderem alguns direitos à categoria.

Após a Constituição e com a conquista de apenas alguns dos direitos historicamente demandados, a busca do pleno reconhecimento profissional ainda continuou sendo a tônica não mais das Associações, mas dos Sindicatos das

¹² Recuperei e analisei durante a pesquisa documentos e boletins informativos produzidos por cada um das Associações e Sindicatos pesquisados.

Trabalhadoras Domésticas, uma vez que o direito de sindicalização tinha sido conquistado.

Em escala nacional, o período após a Constituição foi o período de ascensão do Sindicato de Campinas, que ficou com as atividades interrompidas de 1968 a 1983, e posteriormente do Sindicato da Bahia, que inicia as atividades enquanto grupo na década de 1970, consolidando-se efetivamente também no início dos anos de 1980.

No período entre 1960 e meados da década de 1980, o movimento nacional foi capitaneado pelos Sindicatos do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre – estados que inclusive foram responsáveis, no mencionado período, pela organização de Congressos Nacionais. Nesta fase, predominaram também as interações com a igreja católica¹³ e com o movimento sindical-classista, tendo pouco espaço os intercâmbios com o movimento feminista e o movimento negro. Com a conquista de maior espaço nacional dos Sindicato de Campinas e o da Bahia, as interpretações e motivações políticas raciais e feministas ganham mais espaço entre o movimento nacional das trabalhadoras domésticas. Não se trata de dizer que as interpretações classista-sindicais desapareceram ou foram invalidadas, porém que há um reposicionamento dos fatores, passando a ter uma maior abertura às interpretações raciais e de gênero. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que historicamente o Sindicato de Campinas e o da Bahia terem vínculos com o movimento negro. Em segundo lugar, deve-se ao diálogo já iniciado com o movimento feminista na primeira metade da década de 1980 e o fortalecimento do mesmo naquela década e nas seguintes.

No plano nacional a força do Sindicato de Campinas se manifestaria após o 6º Congresso Nacional, realizado em 1989, sob a responsabilidade de Campinas, e se consolidaria a partir de 1997, quando a presidente do Sindicato, Anna Semião de Lima, torna-se a primeira presidente da Fenatrad – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos -, criada naquele ano.

¹³ A interação e o intercâmbio com a igreja católica foram e têm sido seletivo. As trabalhadoras domésticas se vincularam à ala progressista da igreja católica, opondo-se explicitamente à ala conservadora da igreja que interpretava o trabalho doméstico de acordo com o mito de Santa Zita, isto é, a trabalhadora doméstica como um meio para a realização e felicidade da família empregadora. Contrariamente a esta perspectiva, as trabalhadoras domésticas se nutriram e se nutrem das contribuições da ala progressista, institucionalizada na JOC, na pastoral da doméstica e, personalizada, em figuras como Dom Helder Câmara.

Este período, como falamos acima, não é de negação dos vínculos com o movimento sindical, mas de reposicionamento das ligações com o movimento negro e feminista. O movimento sindical continuou importante para as trabalhadoras domésticas, tendo a Fenatrad se filiado à CUT e à CONTRACS¹⁴, em 1999, desenvolvendo a partir daí atividades com a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT. Porém, também neste período, como um resultado de um processo que já tinha se iniciado em meados dos anos de 1980, consolidam-se as interações e o intercâmbio com o movimento negro e feminista. Além disso, o movimento das trabalhadoras domésticas ganha uma projeção também internacional, através da intensificação da participação nas atividades da Conlactraho (Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar), de entidades internacionais, sobretudo, ligadas ao feminismo e ao movimento negro e de combate ao trabalho infantil, como a OIT e o UNICEF.

O boletim nº. 5, de março de 2001, da Fenatrad, fazendo um balanço da gestão de Anna Semião de Lima, permite ter uma noção dos alcances desta entidade:

“Nesta luta, enfrentado o projeto neoliberal de FHC e FMI que desconhece nossos direitos. Sozinhas não temos forças, por isso nos filiamos, em 1999, à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço (CONTRACS) (...) Hoje somos reconhecidas no meio sindical e desenvolvemos atividades em conjunto com a CUT, a CONTRACS e a CNMT/CUT¹⁵. Ganhamos visibilidade quando participamos do Seminário Internacional de Combate ao Trabalho Infantil promovido pela UNICEF e OIT, que aconteceu na Bolívia e no Brasil, no ano de 2000. Ainda estivemos na África do Sul por ocasião do Encontro Internacional sobre a Etnia Africana. Estivemos presentes também nas manifestações em Seattle/EUA, além de outras atividades ao longo destes 4 anos. Nos nossos encontros de formação priorizamos a questão de Gênero, Raça e Classe como também o cumprimento dos nossos direitos” (Fenatrad, Boletim informativo nº. 5, março/2001)

¹⁴ Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço.

¹⁵ Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT.

A partir de 2001, no 8º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, até os dias atuais¹⁶ a direção da Fenatrad está a cargo de Creuza de Oliveira, originalmente do Sindicato da Bahia. Através da gestão de Creuza de Oliveira, militante do MNU/Bahia desde 1983, e dando continuidade ao trabalho já iniciado por Anna Semião de Lima, as interpretações raciais e de gênero - sobretudo das feministas negras – são fortalecidas dentro do movimento das trabalhadoras domésticas.

O relacionamento com entidades nacionais e internacionais ligadas ao movimento sindical, negro e feminista, assim como com organizações que desenvolvem projetos de combate ao trabalho infantil, é reconstituído nas interpretações de Creuza de Oliveira apresentadas no Fórum Especial “Vozes sobre Experiências Comparativas de Racismo” da 3ª Conferência Mundial da ONU contra o racismo, que ocorreu na África do Sul, em Durban, entre agosto e setembro de 2001. O relato de Creuza de Oliveira não somente nos informa da troca de conhecimento existente entre o movimento das trabalhadoras domésticas e organizações sindicais, negras e feministas, como revela uma interpretação do lugar da trabalhadora doméstica no Brasil a partir da perspectiva da colonialidade do poder, ou seja, daqueles que tem sofrido o projeto de modernização eurocentrado, que exclui negros(as) e indígenas. Nesta interpretação percebe-se a continuidade das antigas hierarquias coloniais, não somente como resquícios do passado, mas como fatores que são produzidos também na contemporaneidade.

“Remeto-me à colonização das Américas e conseqüentemente a escravidão dos povos africanos para falar da discriminação e racismo no Brasil. Este sistema negou a humanização desses povos submetidos a opressão e os tratou como coisas (...) Minha história não é muito diferente das de tantas outras mulheres negras trabalhadoras domésticas oriundas de famílias pobres. Expulsa do interior do Brasil, pela miséria e precárias condições de sobrevivência, estas famílias são obrigadas a enviar seus filhos e filhas para o trabalho braçal. A maioria chega nos grandes centros ainda com tenra idade, pois o trabalho infantil é também uma das chagas da desigualdade e da

¹⁶ No 9º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em Salvador, em 2006, Creuza de Oliveira foi reeleita Presidente da Fenatrad pelos próximos 4 anos.

exploração da sociedade brasileira.(...) fui então trabalhar na casa de uma família, com a promessa de colocar-me na escola, e teria como tarefa todo serviço da casa e ser babá de uma criança de dois anos. Longe de minha família e entes queridos, logo sentiria a discriminação que marcaria minha vida para todo sempre. Convivia com as crianças da casa, mas sentia o tratamento desigual para comigo, também criança. A minha refeição era feita pela patroa com o resto de comida do prato dos seus filhos, ela dizia: ‘pode comer, tá limpo’. O prato em que eu comia era diferente dos outros e ficava guardado embaixo da pia. Meus afazeres e as constantes humilhações não me permitiam ser criança, brincar fantasiar e muito menos ir a escola como haviam prometido. Quando meus patrões saiam para passear, aos domingos, meu lugar era atrás, carregando e sendo responsável por uma criança de dois anos, um esforço sobre humano para uma criança de dez anos de idade (...)Eu queria que fosse diferente. Era a primeira a acordar, não podia visitar a minha família, não podia estudar, fazer amigos e era sempre responsável pela criança. Era criança, mas trabalhava como se fosse um adulto (...) Ao visitar-me, de seis em seis meses, minha mãe recebia restos de comida, roupas usadas e cerca de vinte reais, que era a ‘paga’ pelos meus serviços. Neste período o meu maior sofrimento era o espancamento, por qualquer motivo, sendo taxada de lerda, idiota, preguiçosa, etc.(...) Nestes mais de trinta anos de profissão, após um período de construção de minha militância, através do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres, do Movimento Sindical e exercendo, atualmente, a função de presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil e Secretária de Direitos Humanos da Conlactraho, constato que o trabalho doméstico continua com a mesma prática, inclusive nos países da América Latina, como por exemplo: México, Peru, Argentina, Guatemala, onde as trabalhadoras são pessoas que continuam sendo desrespeitadas, violentadas e exploradas. A diferenciação do trabalho

doméstico não é somente uma prática do senso comum, mas também evidencia-se pela lei, pois legalmente o trabalho doméstico não é considerado nem regido pelas leis trabalhistas. A lei 5859/1972 que regulamenta a categoria trabalhador doméstico define a(o) trabalhadora(or) como ‘aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas’. Em uma sociedade machista, racista e classista uma atividade social e culturalmente associada às mulheres compostas hegemonicamente por mulheres negras, definida como sem finalidade lucrativa, não é valorizada. Esta realidade não é constatada somente no Brasil e sim na maioria dos países da América Latina, o não reconhecimento do valor social do trabalho doméstico. Minha história de vida se confunde com minha profissão e esta norteia todas as atividades que hoje realizo. Quando se é criança não reagimos e as vezes até achamos normal sermos violadas, porém, sempre tive sede de saber e esperança de mudança e busquei uma forma de lutar contra as injustiças que vivi. Hoje luto, em várias instâncias, COLACTRAHO (Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar), FENATRAD (Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos), Sindoméstico (Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia), Movimento Negro Unificado, onde aprendi a aceitar-me como negra e não ter vergonha de mim mesma, de meu cabelo, da minha cor de pele; e ainda no Conselho Estadual de Mulheres, no sentido de buscar uma igualdade, reconhecimento e garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas...” (Creuza de Oliveira, depoimento no Fórum Especial ‘Vozes sobre Experiências Comparativas de Racismo’ na III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Durban, África do Sul, agosto/setembro de 2001 apud Oliveira, Creuza de et alli, 2004).

O depoimento de Creuza de Oliveira constitui-se na perspectiva deste trabalho numa releitura da história e da sociedade brasileira a partir da perspectiva das

trabalhadoras domésticas. A marca distintiva deste conhecimento, antes de ser a inserção numa tradição acadêmica, é o entrelaçamento de vida pessoal e história coletiva, que tem por horizonte a transformação pessoal e social. Portanto, o conhecimento produzido pelo movimento das trabalhadoras domésticas tem sido não somente um saber voltado à resistência contra a opressão e exploração, mas tem sido um saber voltado, no plano individual, à re-existência de cada trabalhadora doméstica através do combate ao racismo e do reconhecimento da humanidade das mesmas e, no plano coletivo-utópico, tem sido um saber que se propõe a lutar contra as hierarquias de classe, gênero e raça.

Conclusão: o saber produzido por redes de atores subalternos - pensando a partir da colonialidade do poder

O histórico do movimento político das trabalhadoras domésticas não se limita à constatação de como as sindicalistas empreendem esforços para resistirem à opressão e exploração, buscando assim assumirem o comando da sua própria história, nem tampouco se limita aos projetos de re-existência individual e coletiva, que mencionamos acima. Imbricado no projeto de resistência e de re-existência, constatamos também a produção de conhecimento a partir da colonialidade do poder.

Percebemos que a produção de conhecimento não é exclusividade de intelectuais, familiarizados com o mundo das letras, nem tampouco é privilégio de especialistas, inseridos em tradições acadêmicas. Porém, como assinala Mignolo, é produto do pensar humano (Cf. Mignolo, 2003). Esta constatação tem algumas implicações: primeiro, requer que ao estudarmos relações de dominação não tomemos como ponto de partida as concepções hegemônicas que desqualificam as vozes subalternas, reduzindo-as a folclore ou expressões culturais sem contribuições ao saber (Cf. Grosfoguel, 2003: 35); segundo, o reconhecimento de que o conhecimento não necessariamente deva ter seus antecedentes na tradição grega, européia ou acadêmico-institucional (Cf. Mignolo, s/d); terceiro, a concepção de que alguns (cientistas, acadêmicos, intelectuais) produzem conhecimento para outros aplicarem (movimentos sociais) é totalmente destituída de sentido nesta perspectiva (Cf. Escobar, 2006).

Desde a origem do movimento das trabalhadoras doméstica percebe-se a formação de uma rede de atores subalternos, onde se constata a troca de informações, conhecimento e experiências entre as trabalhadoras domésticas e inúmeras outras pessoas e instituições locais, regionais, nacionais e, recentemente, internacionais: diferentes entidades do movimento negro, diferentes sindicatos, diferentes organizações do movimento feminista, a igreja católica, o próprio Estado, órgão multilaterais (OIT, UNICEF), pesquisadores e peritos. Por outro lado, as trabalhadoras domésticas também passam a participar de apresentações, discussões públicas em diferentes espaços: universidades, conferências nacionais e internacionais, eventos promovidos pelos movimentos sociais: negro, feminista e sindicalista.

Este processo de produção de conhecimento por parte das trabalhadoras domésticas é muito semelhante ao processo estudado por Arturo Escobar entre o movimento social das comunidades negras na região colombiana da floresta tropical do Pacífico. Escobar realiza uma etnografia do Processo das Comunidades Negras (PCN), que é uma rede de cerca de 120 organizações locais, que se mobilizou, na década de 1990, para enfrentar a ofensiva desenvolvimentista e capitalista iniciada a partir da década de 1980. Uma vez que os projetos globais desenvolvimentistas e capitalistas têm historicamente significado empobrecimento – em várias dimensões – para as comunidades negras, estas se organizaram em defesa da autodeterminação e autonomia, travando com organizações transnacionais uma luta ecológica pela defesa dos ecossistemas e modelos de natureza locais (Cf. Escobar, 2006; Grueso, Rosero & Escobar, 2000). Para Escobar - e é isto que nos interessa nas suas contribuições – os ativistas do Processo das Comunidades Negras foram capazes de apresentar noções alternativas de desenvolvimento e de governabilidade apoiadas na noção de território em virtude da criação de uma rede de atores subalternos (ou malha, como ele conceitua)¹⁷. Esta rede de atores subalternos, por sua vez, integra aquilo que Escobar nomeia como movimentos sociais anti-globalização¹⁸.

¹⁷ Para uma discussão conceitual de malhas e redes ver o próprio texto de Escobar, 2006.

¹⁸ Boaventura de Sousa Santos chama a atenção para a imprecisão desse termo, uma vez que estes movimentos são globais, preferindo no seu lugar o termo globalizações contra-hegemônicas. (Cf. Santos, 2006)

Entre as características do conhecimento produzido pelo PCN, destacamos as seguintes: 1) “é conjuntural sem ser pontual”, 2) “é desenvolvida ‘a correr’, não há tempo para parar e pensar, embora a discussão de idéias e o debate interno nunca cessem”; 3) “é pragmática sem ser simplesmente utilitarista ou funcional para a luta; o conhecimento é encarado como crucial para a estratégia política”; 4) “é recursivo, visto que os mesmos temas são trabalhados e desenvolvidos a vários níveis e de formas diversas”; 5) “é epistemologicamente suja”, não se preocupando com disciplinas de se desenvolvendo mais através da *bricolage* do que de construções teóricas sistemáticas; 6) “é profundamente interdisciplinar por necessidade” (Escobar, 2006: 657)

Encontramos também estas características na produção de conhecimento pelo movimento das trabalhadoras domésticas.

O movimento das trabalhadoras domésticas produziu um conhecimento, que articula raça, classe e gênero a partir da colonialidade do poder. Não é à toa a ênfase na escravidão como algo cheio de sentido ainda nos dias atuais. Esta ênfase não é uma estratégia de auto-vitimização, mas uma referência a partir da qual se produz um saber histórico e se pensa a atuação política. Portanto, a narrativa das trabalhadoras domésticas desvela os horrores da modernidade/colonialidade, denunciando o que a cientificidade das “ciências acadêmicas” muitas vezes oculta. Aqui reside o potencial epistemológico do conhecimento produzido pelo movimento das trabalhadoras domésticas: a introdução de uma perspectiva silenciada, apagada e oprimida pela colonialidade do poder.

A articulação da raça, classe e gênero possui como exigência teórica, ética e política que as interpretações e os ativismos políticos integrem as experiências históricas dos sujeitos que viveram e ainda vivem o lado mais sombrio da modernidade. Portanto, nas avaliações do movimento negro, sindical e feminista feitos pelas trabalhadoras domésticas, estes se tornam ineficazes e incompletos quando qualquer uma das três dimensões da tríade raça, classe e gênero é posta de lado.

Assim, as interpretações e proposições políticas de ativistas negros e negras são vistas como insuficientes se ignorarem a condição de classe ou se pautarem por diretrizes acadêmicas, feitas por acadêmicos e para acadêmicos. Exige-se do movimento negro que suas interpretações e proposituras políticas sejam também voltadas para a população

negra pobre, o que não significa que não deva abranger todos os estratos da sociedade. Porém, para a refundação da sociedade é necessário a expansão social da democracia, o que envolve a participação de atores políticos que até então estavam relegados a segundo plano, descaracterizados como ignorantes e, conseqüentemente, silenciados.

Quanto às interpretações e projetos políticos classista-sindicais, eles são questionados quando não incorporam as contribuições raciais e feministas. Exige-se do movimento sindical que reconheça a insuficiência de interpretações baseadas na classe como uma entidade universal, e espera-se que esta seja entrecortada pela realidade da raça e do gênero.

Finalmente, quanto às interpretações e proposições produzidas pelo feminismo, estas são vistas como insuficientes quando não incorporam as contribuições tanto classistas quanto raciais. Portanto, o feminismo da mulher branca de classe média, como falam algumas das entrevistadas, é visto como incompleto para o projeto de resistência e re-existência contido na narrativa das trabalhadoras domésticas.

O potencial epistemológico da articulação da classe, raça e gênero implica também um repensar das categorias e valores da teoria política do estado moderno. Categorias como democracia, cidadania, igualdade, justiça são vistas como imparciais e incompletas quando são pensadas e articuladas politicamente sem considerar os sujeitos que foram e estão submetidos à complexa hierarquia de poder, que chamamos de colonialidade do poder.

Da mesma forma como os escravos de São Domingos¹⁹, que no final do século XVIII e início do XIX, lutavam contra uma França e crioulos²⁰ que defendiam a igualdade, liberdade e fraternidade para seus compatriotas – homens europeus ou descendentes, brancos e livres -, mas continuava escravocrata no ultramar, as trabalhadoras domésticas – engajadas no ativismos dos sindicatos – também apanharam o espírito da coisa²¹. Pensam e agem em nome de uma democracia, cidadania, igualdade e

¹⁹ O atual Haiti.

²⁰ Refiro-me à categoria racial da América hispânica: crioulos são os descendentes de europeus nascidos na América.

²¹ Refiro-me ao importante livro de C. R. L. James. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Mais especificamente, neste momento, refiro-me à seguinte passagem: "...e os escravos? Eles ouviam falar da Revolução e conceberam-na à sua própria imagem: e os escravos brancos

justiça que as incorpore também. Para tanto não necessitam de uma inserção no pensamento filosófico, histórico, sociológico etc. grego e europeu; porém pensam e agem de acordo com a sua experiência social, histórica e pessoal, dadas pela colonialidade do poder.

da França se levantaram e mataram os seus senhores e, assim, passaram a gozar os frutos da terra. Isso era grosseiramente impreciso, de fato, mas eles haviam apanhado o espírito da coisa. Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (James, 2000: 87)

Bibliografia

- BERNARDINO-COSTA, Joaze (2007) *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia. 274pp.
- ESCOBAR, Arturo (2006) “Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências” pp. 639-666. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2006) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. São Paulo: Editora Cortez.
- GROSGOUEL, Ramón (2003) *Colonial Subjects: puerto ricans in a Global Perspective*. Berkeley: University of California Press.
- GRUESO, Líbia; ROSERO, Carlos & ESCOBAR, Arturo (2000) “O Processo de Organizaçãoda Comunidade Negra na Costa Meridional do Pacífico da Colômbia”. Pp. 301-332. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (orgs.) (2000) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – novas leituras*. Belo Horizonte, Ed.UFMG.
- JAMES, C.L.R. (2000) *Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MIGNOLO, Walter (2003). *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. BH: Editora UFMG.
- _____ (s/d) “ El Pensamiento Descolonial”. *Mimeo*.
- MELO, Laudelina de Campos (1990) “Mulher , Negra, Doméstica, Sindicalista”. In: *Trabalhadores: Classe Perigosa*. Nº. 6. Publicação da Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuehroth/Unicamp. Campinas/SP. (entrevista e transcrição Maria Dutra de Lima), pp. 27-39.
- NASCIMENTO, Abdias do (2002) *O Quilombismo*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares.

- NASCIMENTO, Abdias (2003) [1948-1950] *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento. SP: FUSP/Ed. 34.
- OLIVEIRA, Creuza Maria de (2001) “Depoimento no Fórum Especial ‘Vozes sobre Experiências Comparativas de Racismo’ na Conferência Mundial da ONU contra o Racismo (Durban, África do Sul, agosto/setembro de 2001)” in: Oliveira, Creuza Maria et alli (2004) *Estudo Condições de Vida das trabalhadoras Domésticas na cidade de Salvador – Bahia, Brasil*. Brasília: OIT.
- PINTO, Elisabete Aparecida (1993) *Etnicidade, Gênero e Trajetória de Vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991) – Volume I – Dissertação de Mestrado*. Unicamp/Faculdade de Educação. 493pp.
- QUIJANO, Anibal (2005) “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina” In Lander, Edgardo (org.) *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina. Setembro.
- SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani (1978) *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006) *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- SERMOG, Ele & NASCIMENTO, Abdias (2006) *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas.
- SOARES, Odete de Azevedo (2002) *Uma História de Desafios: JOC no Brasil – 1935/1985*. Rio de Janeiro: S/editora.